

A habitação no espaço rural na Região Norte: algumas mudanças

Fátima Loureiro de Matos¹

1. Introdução

Nos últimos anos, a industrialização crescente do processo construtivo, a reestruturação e expansão da construção civil, a liberalização do crédito à habitação própria e a descida das taxas de juro, contribuíram para a expansão do parque habitacional.

Estas mudanças são também o reflexo das alterações sociais, culturais, de estilos de vida e maior mobilidade das famílias, que se materializam em novos modelos habitacionais, que já não se confinam unicamente aos perímetros urbanos e invadem outras áreas. Em termos quantitativos, o principal efeito é o alargamento do consumo de espaço, caracterizado pelo crescimento físico dos aglomerados populacionais, sem que muitas vezes tal crescimento corresponda a um aumento demográfico significativo. Se é um facto que os emigrantes são um dos veículos da difusão de novos modelos, a proliferação de residências secundárias e a maior difusão do prédio plurifamiliar pelo espaço rural, são outros dos aspectos a considerar.

Os agentes imobiliários são, particularmente, activos no processo de transformação urbana e rural e são indispensáveis à configuração e afeiçoamento do território. No caso português estes agentes tiveram grande liberdade de actuação face à permissividade cúmplice dos poderes públicos, incapazes ou pouco interessados em aplicar um processo eficiente de ordenamento do território. Deste modo a expansão do parque habitacional, citadino e rural, foi feita de uma forma espontânea, originando um crescimento extensivo, anárquico e depredador dos territórios, com custos muito elevados: especulação, carências habitacionais, degradação e/ou abandono do parque mais antigo, falta de infra-estruturas, de espaços públicos e equipamentos de apoio à residência.

A extrema diversidade do espaço rural português e a aceleração dos processos de mudança de que tem sido alvo, ambos geradores de contradições mas também de oportunidades, apontam para a necessidade de melhorar o seu conhecimento. Com este objectivo procuraremos abordar um dos aspectos que, sem dúvida, tem contribuído para uma das mudanças mais visíveis destes espaços, referimo-nos, concretamente à expansão do parque habitacional.

¹ Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

A construção de novas habitações no espaço rural e a implantação de outras actividades directamente a ela ligadas, pode determinar um conjunto de oportunidades, para estes espaços (nomeadamente, novos postos de trabalho na construção civil, no comércio, na restauração, etc.), bem como, um conjunto de limitações, como a concorrência pelo solo, com conseqüente elevação dos preços, ou ainda, a pretensa “preservação do rural”, em nome da qualidade ambiental do espaço residencial e de lazer, nomeadamente, nos territórios rurais onde, as classes médias de raiz urbana (residentes secundários, ou recém chegados ao meio rural) adquirem um maior peso.

Neste texto procuraremos, identificar, por um lado, alguns processos de mudança que se prendem, com a introdução de novos modelos habitacionais, e, por outro, através da análise de alguns dados dos dois últimos recenseamentos, pretendemos quantificar a evolução do parque habitacional, a relação entre famílias e os alojamentos, através da análise da ocupação e condições de ocupação dos alojamentos nas áreas rurais² da Região Norte.

2. As casas dos emigrantes e dos neo-locais

Uma das primeiras abordagens às alterações introduzidas pela construção de novas habitações no espaço rural foi sem dúvida o fenómeno da chamada “casa de emigrantes”, interessou num primeiro momento a opinião pública, e em particular, os que sempre se preocuparam com o “estado da paisagem”, e mais tarde suscitou alguns trabalhos mais específicos, sobretudo dedicados às questões de ordem arquitectural.

Desde o século XIX³ que assistimos à construção de novas casas pertencentes a emigrantes, que se tornaram, particularmente, visíveis nas áreas rurais marcadas pela ausência de outros factores de desenvolvimento. Mas sem dúvida que, a expansão destas novas construções foi mais intensa a partir de finais dos anos 60, associado ao ciclo migratório Europeu. Estas novas construções nada têm a ver com as habitações tradicionais destes espaços, tratando-se sobretudo de modelos importados, carregados de símbolos, que utilizam novos materiais, novas localizações, que sobressaem na paisagem pela sua volumetria ou outras características particulares (cores exuberantes, mistura de materiais, torres, mirantes, telhados de quatro águas ou duas águas muito inclinados, varandas, mansardas, terraços, jardins fronteiros, por vezes, com arbustos e árvores exóticos, estatuetas, painéis de azulejos, envoltas por muros azulejados ou pintados e quase, sempre, encimados por grades).

“O impacto paisagístico das casas de emigrantes é tão forte que desencadeia nos observadores atitudes extremas de sedução e de repúdio”⁴.

As regiões onde os fluxos migratórios foram mais intensos, caracterizavam-se por uma forte taxa de analfabetismo, por um equipamento médico-sanitário precário ou inexistente, falta de comércio e outros serviços e em muitos casos, pela deficiência dos alojamentos, sem instalações sanitárias, sem infra-estruturas básicas e pela sobrelotação dos espaços habitados.

² Foram consideradas neste estudo apenas as freguesias predominantemente rurais, definidas no trabalho *Indicadores Urbanos do Continente*, INE/DGOTDU, 1999.

³ Primeiro as casas dos “brasileiros”, mais tarde as casas dos emigrantes que partiram para a Europa (França e Alemanha), nos anos 60, ou ainda para a Venezuela, Estados Unidos...

⁴ VIEIRA, Clara; VERÍSSIMO, Raul - Formalismos e valores simbólicos nas casas dos emigrantes da região da ria de Aveiro. *Sociedade e Território*, Porto, Fev., 1989, nº8, p. 48.

Esta situação de sub-equipamento das áreas onde o êxodo migratório foi mais marcante, vai condicionar a aquisição e o tipo de apropriação de certos aspectos do modo de vida das populações dos países de emigração. Estas interferências culturais no trajecto emigratório, vão manifestar-se aos mais variados níveis, mas sem dúvida que uma das maiores influências está directamente ligada à habitação.

É sobejamente conhecido que as transferências de poupanças dos emigrantes eram, preferencialmente, investidas no sector imobiliário, sobretudo, na construção de uma casa na terra natal, após a realização desta, muitos emigrantes investem, igualmente, na aquisição de apartamentos em prédios construídos nas sedes concelhias⁵, ou até mesmo, em espaços mais vocacionados para o lazer - sobretudo os balneares - o que de certo modo explica a grande expansão do parque habitacional ocorrido, em alguns, destes territórios, a partir dos anos 80.

A maior parte das casas que os emigrantes constroem, nas suas terras natais, situam-se à beira das estradas, na periferia dos aglomerados, a meio caminho entre o antigo povoado e o mundo, sendo reveladora da situação marginal que o emigrante assume. Localização que contribuiu para o alargamento dos perímetros de muitas aldeias, tornando, por vezes, as fronteiras entre elas pouco claras, ou até mesmo, para o aparecimento de um novo povoado nas proximidades dos antigos⁶.

As razões para estas novas formas de implantação, são variadas conforme as características do povoamento, no entanto, podemos salientar:

- a saturação da área construída no centro das aldeias, que ocorre quanto mais o povoamento tradicional é concentrado, apesar de muitas vezes nos depararmos, com várias habitações abandonadas ou em ruínas, que poderiam ser reconstruídas;

- a proximidade das estradas, associado à utilização do automóvel individual, que facilita a ligação com o mundo exterior;

- a recusa pelo emigrante de um passado próximo, de pobreza, que lhe evoca os caminhos estreitos e lamacentos da aldeia e a necessidade de escapar ao controlo da comunidade aldeã sobre os seus actos;

- o facto de em muitos casos, ser na periferia dos aglomerados onde existe parcelas ou abandonadas pelos residentes ou por outros que saíram, que estão disponíveis para venda, ou ainda, porque essas parcelas mais dispersas serem as únicas que os emigrantes ainda detêm e, é aí que acabam por construir.

Outra situação, ainda que com menor frequência, é a construção da casa nova sobre a antiga. Em geral os velhos muros são derrubados e o betão e o tijolo, vêm substituir os antigos materiais tradicionais, ou por vezes, também, estes são incorporados na nova construção, geralmente, misturando-se com novos materiais.

Para além destas alterações, mais exteriores, referidas até aqui, nos espaços rurais, pelas habitações dos emigrantes, convém, ainda, salientar as mudanças no interior da própria habitação.

⁵ Quando trabalhei em Trás-os-Montes, entre 1983 e 1985, vivi num apartamento em Mirandela pertencente a um casal de emigrantes, que tinha comprado a sua casa em França, a um empreiteiro de Mirandela, sem nunca a ter visto. Praticamente todos os apartamentos do prédio em questão, eram propriedade de emigrantes. Aliás esta estratégia de venda, junto das comunidades emigrantes, por parte de vários empreiteiros é bastante comum, nas regiões de forte emigração.

⁶ Como acontece, por exemplo, em Trás-os-Montes onde o povoamento era mais concentrado, originando estas novas construções um povoamento mais disperso, geralmente, ao longo das estradas de ligação das aldeias às estradas municipais ou nacionais.

A casa tradicional, não se confina apenas à sua função de abrigo familiar, englobando, também, outras funções, de abrigo para o gado (currais) e armazenamento de produtos e alfaías agrícolas (lojas e adega), vitais para a exploração agrícola, sendo uma unidade económica e social integrada, que constitui o quadro territorial da vida doméstica, humana, animal e vegetal⁷. As áreas dedicadas às funções de apoio agrícola, tanto podem surgir sob o mesmo tecto, geralmente no andar térreo ou em anexos mais ou menos próximos. As casas tanto podem dar directamente para a rua, como noutros casos, existem um quintal fronteiro ou nas traseiras. Os materiais utilizados são geralmente aqueles que se encontram nas redondezas, caso da pedra. Nas regiões onde este material é escasso, utiliza-se o adobe, a madeira e a taipa.

O espaço destas casas dedicado à vida familiar é geralmente de traçado muito simples, com pequenos quartos ou alcovas, que, geralmente dão para sala, ou até para a cozinha quando não existe a primeira e a segunda adquire as funções daquela. Nestas casas não se denota uma separação clara, entre o espaço privado e o espaço mais público, a não ser, nos casos em que existe uma varanda corrida que adquire esta função.

Na nova casa dos emigrantes é nítida a demarcação do espaço mais público, do espaço privado de acesso reservado apenas aos membros da família, o corredor e o *hall*, são espaços novos que possuem estas novas funções sociais a de separar a vida mais pública, da privada evidenciando uma mutação da vida familiar, antes mais comunitária, agora mais individualista, aliás, patente no número de portas interiores que aumenta, substancialmente, da casa tradicional para a nova.

Quanto às funções e desenho interno dos respectivos pisos, alteraram-se. A entrada já não se faz directamente pela cozinha ou sala comum, mas sim por um *hall*, havendo ainda, geralmente um corredor que separa as áreas mais comuns (cozinha e sala) da área mais privada (os quartos) e uma ou duas casas de banho, para cuja necessidade, na casa antiga tradicional, se recorria a outros espaços (como o curral, por exemplo).

Quanto aos restantes espaços, desaparecem todos os espaços agro-domésticos, surgindo, em sua substituição, a garagem e os arrumos, que, contudo, desempenham à sua maneira as funções equivalentes das lojas, em vez do gado, guarda-se o automóvel e/ou o tractor, mas continua-se a guardar aí os produtos e alfaías agrícolas, ainda que, no que toca ao armazenamento dos produtos agrícolas, a arca-congeladora passa a ter um papel fundamental, substituindo os fumeiros e as salgadeiras tradicionais.

Saliente-se, ainda, que grande parte destas alterações que encontramos nas casas de emigrantes também encontramos nas novas casas construídas pelas populações locais. Na verdade, no espaço rural português, a afirmação da tendência para instalação separada dos novos núcleos familiares, que em algumas áreas cresceram mais que a população, sobretudo entre 1981 e 1991, permite-nos perceber aquilo que podemos observar directamente nas aldeias, ou seja, a construção de novas habitações por jovens casais, mesmo em áreas que estão a perder população.

Estes espaços caracterizados por albergar populações de baixos recursos, dependendo em larga medida de uma actividade em crise, mostram possuir alguma capacidade de resposta às necessidades habitacionais das famílias. Situação que, por um lado, deve-se às

⁷ A casa rural tradicional das diferentes regiões portuguesas, foi bastante estudada quer por geógrafos, destacando-se os trabalhos de Amorim Girão, Hermann Lautensach e Orlando Ribeiro, como também de antropólogos e etnógrafos, como Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, de Arquitectos, como Raul Lino ou a publicação do Sindicato dos Arquitectos Portugueses - "Arquitectura Popular Portuguesa".

diferenças de preço do solo, no mercado da habitação em meio rural e urbano, por outro, à falta de alojamentos para arrendar, bem como o custo efectivo da construção da casa para os utilizadores directos. Este último aspecto, será talvez um dos mais importantes, uma vez que nestes espaços as estratégias de promoção/construção da habitação baseiam-se na auto-construção ou na promoção por administração directa, mobilizando “recursos próprios e ajudas de elevado valor económico, fornecidas gratuitamente no quadro dos sistemas de entreatada que emergem das relações de parentesco, de amizade e de vizinhança”⁸, revelando a vitalidade dos princípios da sociedade providência nestes contextos socio-espaciais. No entanto, dada a maior liberalização do crédito bancário e a descida das taxas de juro, o recurso a esta forma de financiamento, também não será de excluir, pelo menos de uma parte do capital necessário para a construção.

Outra questão importante prende-se, com o facto de as iniciativas de construção por parte do Estado (a habitação social) nos espaços rurais, ser praticamente inexistente, o que levou a que as práticas tradicionais de entreatada se conservassem, adaptando-se às novas condições de vida da população rural.

O alojamento constitui um domínio de necessidades sociais em que a oferta Estatal, tem sido claramente deficitária e, perante isto, a procura é forçada a soluções de recurso geradas no seio da própria sociedade civil, sob pena de se manter insolvente⁹.

A aspiração de possuir casa própria constitui um traço distintivo das gerações mais novas em espaço rural, relacionado com o projecto de constituir família, embora, a máxima “quem casa quer casa”, não seja um dado novo, uma vez que o encontramos, igualmente presente nas gerações mais velhas, há que reconhecer que a possibilidade da sua concretização generalizada só recentemente começou a ter lugar.

A possibilidade acrescida de possuir habitação própria fica a dever-se, em grande parte, a um conjunto de mudanças que encontramos em alguns espaços rurais, nomeadamente, um aumento de rendimentos e melhoria das condições de vida das famílias, devido à substituição da actividade agrícola por actividades melhor remuneradas (na construção civil, na pequena ou média indústria, no comércio, nos serviços pessoais e domésticos, etc.), muitas vezes, aliado a um estatuto de pluriactivos, aumento da estabilidade de emprego e elevação do nível de escolaridade.

O valor que a casa própria representa na vida dos jovens casais é reconhecido e partilhado pelo meio social das aldeias e suscita uma mobilização colectiva de vontades e esforços, para favorecer a realização desse objectivo e um reconhecimento social, de sucesso de vida¹⁰.

A casa adquire, assim, um forte valor simbólico, sobretudo no caso da auto-construção, uma vez que esta exige um esforço de trabalho (nomeadamente, aproveitamento dos tempos de lazer para a construção) e uma capacidade de poupança acrescida. O sucesso das famílias em construírem a sua casa reside, fundamentalmente, na capacidade de redução dos custos de construção e na capacidade de poupança, o que implica uma estratégia que consiste

⁸ HESPANHA, Pedro; ALVES, A. Isabel - A construção da habitação em meio rural: Um domínio da Sociedade-Providência. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra: Centro de Estudos Sociais, nº 42, Mai., 1995, p. 126.

⁹ Situação, que encontramos, igualmente, em algumas áreas urbanas, sobretudo nas duas Áreas Metropolitanas, através dos loteamentos e construções clandestinas.

¹⁰ Este imaginário local de realização e de sucesso de vida, simbolizado pela posse da casa, ou até mesmo pela de outros elementos, como o automóvel ou os equipamentos domésticos, estão igualmente patentes, nas casas de emigrantes, sendo aliás uma forma, material e cultural, de urbanização das comunidades rurais.

em evitar o mercado, recorrendo sempre que possível, a bens e serviços não pagos obtidos localmente, através da ajuda de familiares, vizinhos ou amigos. É claro que nem todas as tarefas inerentes à construção dispensam a relação com o mercado, sendo frequente, a contratação de pessoal especializado ou até de pequenas empresas locais. A regra, é pagar o que não se sabe fazer e fazer por si ou pelos seus o que se sabe.

Quanto aos recursos necessários para a construção da casa, é óbvio que o terreno é um factor fundamental, não só a sua disponibilidade como os preços. Apesar de não dispormos de dados que o possam comprovar, admitimos que os preços sejam nestas áreas mais baixos, ainda que em certos espaços rurais estes possam estar a subir, nomeadamente, nos que se encontrem mais próximos dos centros urbanos ou ainda, naqueles em que se verifica uma maior pressão da procura de residências secundárias. Outro aspecto a considerar, é que em muitos casos, o terreno era já propriedade da família¹¹, sendo estes cedidos aos filhos, não sendo, igualmente, de desprezar que a desvalorização dos usos agrícolas da terra, com o conseqüente aumento de terrenos abandonados, favorece uma disponibilização de solos, que são, sempre que possível, desviados para um uso mais compensador, caso da construção. Saliente-se, contudo, que a reconversão do uso agrícola destas terras para a construção, é hoje muito mais difícil do que no passado¹², devido quer à implementação da Reserva Agrícola Nacional (RAN), da Reserva Ecológica Nacional (REN), quer, ainda, dos Planos Directores Municipais ou das alterações introduzidas pela legislação relativa ao licenciamento à construção.

Relativamente ao processo de construção, este caracteriza-se por um período de tempo relativamente alargado, uma vez que, na generalidade dos casos, a construção é faseada e com ritmos diferentes, conforme a disponibilidade financeira das famílias e o tempo disponível para a construção ou orientação da mesma, aproveitando, muitas vezes, os fins-de-semana e os períodos de férias, ou, ainda, as horas livres do emprego. Refira-se além do mais, que a ocupação da casa ocorre, com frequência, antes desta estar totalmente concluída, melhorando--se as suas condições de habitabilidade ao longo do tempo de acordo com as disponibilidades financeiras e de trabalho familiar, ou das empresas e dos especialistas.

Para além, da introdução destes novos modelos habitacionais, também encontramos, em vários espaços rurais, sobretudo naqueles onde o lazer e o turismo ganham maior expressão, uma maior preocupação por parte das comunidades locais, ou até mesmo dos residentes secundários, em recuperar as casas tradicionais¹³, reforçando assim a dimensão imaterial do rural, em que se procura preservar o património local, materializado nas formas tradicionais de construção.

¹¹No trabalho de HESPANHA, Pedro; ALVES, A. Isabel, citado anteriormente, em 80% dos casos da amostra estudada (40 casais), o terreno foi cedido pelos pais de um dos cônjuges.

¹²“Saliente-se que nos meios rurais sempre se construiu sem licenciamento prévio, uma forma natural de construir que deriva da estrutura da propriedade, das condições de produção e também do generalizado desconhecimento e rejeição, por parte das populações rurais, do complexo e “distante” processo de licenciamento urbanístico. Frequentemente inverte-se o processo: constrói-se e posteriormente legalizam-se as edificações”. FERREIRA, A. Fonseca - *Por uma Política de Habitação*. Porto, Afrontamento, 1987,p. 223-224.

¹³Sobre este aspecto, podemos referir que na Revista *Casas de Portugal*, publicada pelas Edições Expansão Económica, Lda, com uma periodicidade bimensal, são cada vez mais frequentes os anúncios de vendas de casas rurais tradicionais ou até mesmo de outros tipos de instalações agrícolas (caso de moinhos ou azenhas, por exemplo) que são reconvertidos para uso habitacional, algumas já totalmente reabilitadas outras em adiantado estado de degradação.

3. O Parque habitacional no espaço rural da Região Norte

Uma das primeiras constatações quando analisamos as freguesias rurais da Região Norte, prende-se, com o contraste litoral, interior, na verdade enquanto que nas NUTs do litoral encontramos um peso muito menor de freguesias rurais (compreendendo as freguesias mais afastadas do litoral do Minho-Lima, Cavado, Ave e Tâmega), as NUTs do interior (Douro e Alto Trás-os-Montes) apresentam um maior número de freguesias rurais. Este contraste deve-se, essencialmente, à expansão do processo de urbanização do litoral, que contribuiu para uma transformação das freguesias rurais e consequente diminuição destas a favor das freguesias mediantemente urbanas e urbanas.

O quadro 1 evidencia uma clara diferenciação no comportamento das diferentes variáveis consideradas segundo o tipo de freguesias. As áreas predominantemente urbanas registam um maior crescimento da população, do número de famílias e dos alojamentos. Seguem-se-lhes as áreas mediantemente urbanas, que são, igualmente dinâmicas, registando processos de crescimento nas quatro variáveis consideradas. Finalmente, nas áreas predominantemente rurais, verifica-se uma diminuição da população e das famílias, mas um aumento do número de alojamentos e edifícios. Este quadro mostra-nos, por um lado, um contexto de afirmação das áreas urbanas como espaços de concentração da população e expansão do espaço construído e por outro, o esvaziamento populacional das freguesias rurais, que, no entanto, vêm aumentar, mesmo assim, o seu parque habitacional.

Para além da questão da expansão da habitação, o quadro 1 permite-nos, igualmente, verificar que em todos os tipos de freguesias consideradas existe um predomínio dos edifícios com um alojamento, demonstrando, assim, a importância que a habitação unifamiliar ainda detém como modelo habitacional privilegiado pelas famílias que residem na Região Norte, ainda que, seja nas áreas urbanas onde os alojamentos com maior número de alojamentos e consequentemente mais altos, adquirem um maior peso, fruto da tendência para o reforço da densificação.

Quadro 1 - Alguns resultados dos Censos, segundo o tipo de freguesias, na Região Norte

	População		Variação 1991/2001 (%)				Alojam. por edifícios 2001	Edifícios, segundo o número de alojamentos em 2001		
	1991	2001	População	Famílias	Alojamentos	Edifícios		1	2 a 6	7 e +
APU	64,2	67,1	10,9	26,5	32,9	14,3	1,82	79,5	16,1	16,1
AMU	23,5	22,9	3,6	16,0	19,6	14,3	1,15	91,6	8,0	8,0
APR	12,3	10,0	-3,9	-3,9	5,9	5,4	1,02	98,8	1,2	1,2
Norte	100	100	6,2	20,0	25,3	12,4	1,47	86,8	10,8	10,8

Fonte: INE, Censos de 1991 e 2001 (quadros não publicados)

No que toca às condições de ocupação dos alojamentos o quadro 2 demonstra, mais uma vez, a existência de algumas distinções segundo o tipo de freguesias. As áreas predominantemente urbanas apresentam as maiores percentagens de alojamentos ocupados como residência habitual e de alojamentos vagos, enquanto as áreas predominantemente rurais apresentam maiores percentagens de alojamentos de uso sazonal. As áreas urbanas, como referimos acima, apresentam um contexto de crescimento e transformação do perfil do edificado, que tende a produzir, um número significativo de alojamentos vagos, havendo portanto uma parte significativa do parque que não se encontra ocupado, mas que cobre diferentes realidades, casas velhas degradadas, sem condições de habitabilidade e, por isso, arredadas do mercado, ou simplesmente afastadas dele por razões de especulação, ou até casas novas para venda. Relativamente, às áreas mediantemente urbanas e rurais, a maior

A habitação no espaço rural na Região Norte:
algumas mudanças

percentagem de alojamentos de uso sazonal, relativamente aos vagos, parece indiciar a transferência entre estas duas formas de ocupação dos fogos.

Numa região com movimentos demográficos importantes (êxodo rural, emigração e agora também imigração) e recentes, com importante vocação turística, é natural a existência de desequilíbrios: sobram casa nas regiões de partida, há casas fechadas grande parte do ano em áreas de férias, há escassez de alojamentos em sítios economicamente mais dinâmicos e atractivos para pessoas em busca de emprego.

Quanto ao regime de propriedade, embora se possa falar de um contexto quase generalizado de predomínio da habitação própria, a percentagem do arrendamento nas áreas predominantemente urbanas é o dobro da das áreas mediantemente urbanas e é muito diminuta nas áreas predominantemente rurais.

Quadro 2 - Edifícios, forma de ocupação e regime de ocupação dos alojamentos, carências de infra-estruturas básicas, segundo o tipo de freguesias em 2001, na Região Norte

	Edifícios construídos		% Alojamentos				Regime de Propriedade			% Alojamentos sem	
	Antes de 1946	1991 a 2001	Não clássicos	Residên. Habitual	Sazonal	Vagos	Oc. Própria	Arrendados	Outros	Água	Esgotos
APU	17,8	19,4	0,5	77,7	11,0	11,3	67,2	28,0	4,1	2,1	2,2
AMU	17,4	22,8	0,3	72,2	19,0	8,8	80,2	14,0	5,3	6,0	6,8
APR	22,6	17,4	0,2	57,5	33,8	8,8	95,7	2,3	1,6	6,1	12,1
Norte	18,7	19,9	0,4	73,6	16,0	10,4	75,3	21,2	3,5	3,4	4,3

Fonte: INE, Censo de 2001 (quadros não publicados)

Relativamente à idade do parque verifica-se que, o parque habitacional das áreas predominantemente rurais é mais antigo, que o das áreas urbanas e mediantemente urbanas, sendo ainda de realçar que, o peso dos edifícios mais recentes, embora mais elevado nas áreas mediantemente urbanas, o que demonstra mais uma vez o dinamismo construtivo destas áreas, não apresenta grandes diferenças entre as áreas urbanas e rurais, o que vem de certo modo confirmar que apesar de os espaços rurais perderem população, mesmo assim, ainda, possuem alguma capacidade de produção habitacional, muito próxima da das áreas urbanas.

Em termos de qualidade da habitação, importa referir que, apesar de se ter verificado uma diminuição dos alojamentos não clássicos na década de 90, ao nível do Continente (-1,4%), na Região Norte, verifica-se um aumento (29,1%), sendo o peso deste tipo de alojamentos maior nas áreas urbanas e praticamente insignificante, nas áreas rurais, o que aponta para uma melhor qualidade do parque habitacional destas áreas, pelo menos em relação a este tipo de indicador. O mesmo já não se poderá afirmar quando consideramos o acesso às infra-estruturas básicas, uma vez que, o peso dos alojamentos sem água e esgotos, é maior nas áreas rurais.

Considerando agora uma análise mais pormenorizada do parque habitacional das freguesias rurais verifica-se que, em 2001 existiam um total de 228729 alojamentos clássicos, correspondendo a 14% dos alojamentos clássicos da Região Norte. Quanto à forma de ocupação, os de residência habitual correspondem a 11% do total da Região Norte, os de uso sazonal a 30% e os vagos a 12% (quadro 3).

Analisando o peso das freguesias rurais de cada NUT, relativamente ao total das freguesias rurais da Região Norte em 1991 e 2001, verifica-se que, os alojamentos de

residência habitual são predominantes no Alto Trás-os-Montes (39,2% em 2001 e 39,3% em 1991), no Douro (25,5%, em 2001 e 26,3% em 1991) e no Minho - Lima (15,2%, em 2001 e 15,1% em 1991), quanto aos de uso sazonal e vagos estes apresentam também os maiores pesos nestas três NUTs nos dois anos considerados, uma vez que são elas que concentram o maior número de freguesias rurais da Região (quadro 3).

Considerando o peso das diferentes formas de ocupação nas freguesias rurais, verifica-se que 57,5% eram ocupados como residência habitual, 33,7% eram de uso sazonal e 8,7% estavam vagos. Em 1991, os valores evidenciam algumas diferenças, o total de alojamentos clássicos era ligeiramente inferior, 215625, os de residência habitual e os vagos eram superiores, respectivamente, 63,3% e 11,1%, enquanto que os de uso sazonal eram inferiores, 25,3% (quadro 4).

A variação entre 1991 e 2001, apresenta-se assim diferenciada, enquanto os alojamentos clássicos (6,1%) e os de uso sazonal (41,1%) aumentam, os de residência habitual e os vagos diminuem, respectivamente, -3,7% e -17,2%. Considerando a relação entre alojamentos e famílias, verifica-se que, à diminuição dos alojamentos de residência habitual, corresponde uma diminuição do número de famílias (-3,8%).

Quadro 3 - Alojamentos segundo a forma de ocupação,
nas freguesias rurais das NUTs III da Região Norte, 1991 e 2001

Nº de freg. Rurais/NUT III	2001								1991							
	Total Clássicos	%	Res. Hab.	%	Sec.	%	Vagos	%	Total Clássicos	%	Res. Hab.	%	Sec.	%	Vagos	%
Minho-Lima - 131	34391	15,0	20039	15,2	11698	15,2	2654	13,3	32617	15,1	20667	15,1	8546	15,6	3479	14,4
Cávado - 28	5523	2,4	3424	2,6	1523	2,0	576	2,9	4915	2,3	3524	2,6	981	1,8	399	1,7
Ave -32	8327	3,6	5352	4,1	2289	3,0	686	3,4	7463	3,5	5314	3,9	1370	2,5	780	3,2
Grande Porto-1	113	0,0	94	0,1	15	0,0	4	0,0	90	0,0	71	0,1	9	0,0	10	0,0
Tâmega - 64	22096	9,7	13454	10,2	6424	8,3	2218	11,1	20492	9,5	13375	9,8	4457	8,1	2621	10,9
Entre Douro e Vouga - 15	5277	2,3	4131	3,1	989	1,3	157	0,8	5126	2,4	4102	3,0	610	1,1	414	1,7
Douro- 218	61360	26,8	33493	25,5	21214	27,5	6653	33,3	59017	27,4	35870	26,3	15181	27,7	7877	32,6
Alto Trás-os-Montes - 371	91642	40,1	51555	39,2	33056	42,8	7031	35,2	85905	39,8	53717	39,3	23569	43,1	8557	35,5
Total Região Norte Freg. Rurais -861	228729	100,0	131542	100,0	77208	100,0	19979	100,0	215625	100,0	136640	100,0	54723	100,0	24137	100,0
Total Freg. Rurais/Região Norte	228729	14,2	131542	11,1	77208	30,2	19979	11,9	215625	16,9	136640	14,0	54723	32,0	24137	18,7
Região Norte	1605157	100,0	1182065	100,0	255800	100,0	167292	100,0	1278908	100,0	978949	100,0	171210	100,0	128749	100,0

Fonte: INE, Censo de 1991 e 2001 (quadros não publicados)

Perante esta evolução, podemos então concluir que a expansão do parque habitacional nas freguesias rurais deveu-se, essencialmente, ao aumento dos alojamentos de uso sazonal, que cresceram a um ritmo muito superior ao total de alojamentos clássicos. A relevância dos alojamentos de uso sazonal está associada à importância da habitação secundária, tradicionalmente direccionada para as áreas balneares, mas que regista recentemente uma procura crescente nas áreas rurais. Funcionam também como habitação secundária, as residências de famílias que emigraram para os grandes centros urbanos nacionais ou para o estrangeiro e que se localizam essencialmente nos espaços rurais.

A habitação no espaço rural na Região Norte:
algumas mudanças

Estas residências secundárias, são fruto de estratégias variadas:

- umas são construções novas de populações citadinas (nacionais ou estrangeiros), ocupadas aos fins-de-semana e/ou nas férias, que podem ou não ter relações de origem com os locais que escolhem;
- outras são património herdado que se mantêm devido a uma certa nostalgia do passado, na esperança de um dia, quando se chegar à reforma se poder voltar às origens;
- outras resultam do investimento feito pelos emigrantes, que só são ocupadas nos períodos de férias, podendo ainda, vir a ser ocupadas em permanência aquando da reforma;
- outras, resultam da compra de casas tradicionais, ou outros espaços agrícolas que são aproveitados para habitação, já reconstruídos ou para recuperação, que tanto podem pertencer a famílias com origem nesses espaços ou serem de fora.

Os dados do quadro 4 permite-nos diferenciar em termos de ocupação dos alojamentos os diferentes concelhos, sendo de destacar com as percentagens acima 60% de alojamentos de residência habitual em 2001, os concelhos do Minho-Lima - Caminha, Monção, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença e Viana do Castelo; do Cávado - Amares, Barcelos e Vila Verde; do Ave - Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho e Trofa; do Tâmega - Baião, Cabeceiras de Basto, Castelo de Paiva, Marco de Canaveses, Mondim de Basto e Penafiel; no Entre Douro e Vouga - Arouca e Vale de Cambra; no Alto Trás-os-Montes - Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Murça e Valpaços. Quanto aos de uso sazonal, apenas os concelhos de Viana do Castelo, Barcelos, Póvoa de Lanhoso, Vila do Conde, Cabeceiras de Basto, Marco de Canaveses, Paredes, Penafiel, Arouca e Vale de Cambra, apresentam uma percentagem inferior aos 25%, sendo de salientar que, todos os concelhos do Douro e Alto Trás-os-Montes, apresentam valores iguais ou superiores aos 30%, onde a emigração fez diminuir as gentes e, portanto, aumentar as casas de ocupação temporária, mas também onde aparecem muitas casas secundárias fruto de investimento no imobiliário de populações com maiores rendimentos residentes em áreas urbanas, que as adquirem para férias ou fins-de-semana, situação, também, sem dúvida relacionada, com a melhoria da acessibilidade destas áreas aos principais centros urbanos da Região Norte. Os alojamentos vagos, apresentam valores abaixo dos 9%, apenas nos concelhos de Caminha, Melgaço, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Barcelos, Vila Verde, Fafe, Vieira do Minho, Trofa, Vila do Conde, Castelo de Paiva, Mondim de Basto, Paredes, Penafiel, Ribeira de Pena, Arouca, Vale de Cambra, Lamego, Peso da Régua, Sernancelhe, Vila Real, Boticas, Chaves, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro e Montalegre. Sendo de destacar com os valores mais elevados, os concelhos de Mogadouro (33%), Vimioso (21%) e Celorico de Basto (18%).

Relativamente à variação entre 1991 e 2001, podemos verificar que em praticamente todos os concelhos os alojamentos que registam os maiores aumentos são os de uso sazonal. Quanto aos de residência habitual, apenas 14 concelhos vêm aumentar estes alojamentos. Os vagos, somente aumentam em 22 concelhos, sendo de destacar os valores de Terras de Bouro (151%), Resende (105%), Ribeira de Pena (88%), Santa Marta de Penaguião (1667%), Bragança (95%) e Mogadouro (172%). A diminuição dos fogos vagos e o aumento dos fogos de uso sazonal, nas freguesias rurais, como já referimos acima, parece indiciar a transferência entre estas duas formas de ocupação dos fogos. Esta situação é, particularmente, relevante em algumas freguesias dos concelhos do Minho-Lima, Tâmega, Douro e Alto Trás-os-Montes, onde aumentos na proporção dos alojamentos sazonais

tendem a estar associados a diminuições de alojamentos vagos.

A análise do regime de propriedade dos alojamentos permite-nos verificar um contexto generalizado de dominância da habitação própria, sem encargos por compra, o que de certo modo vem confirmar que nas áreas rurais a auto-construção com recurso a poupanças familiares é a estratégia de produção utilizada pelas famílias, situação reforçada pelo facto de a maioria dos alojamentos, como vimos acima, serem unifamiliares. O arrendamento e outros casos, é muito diminuto, com excepção de alguns concelhos como é o caso do Marco de Canaveses (25%), Castelo de Paiva (23%), Trofa, (22%) e Penafiel (22%), sendo de destacar que a maioria dos proprietários destes alojamentos são particulares ou empresas privadas (278 alojamentos nos quatro concelhos), situação que poderá estar relacionada com o maior peso da indústria nestes concelhos (quadro 5).

4. Conclusão

A casa, é um elemento que caracteriza fortemente uma população e as características pessoais das pessoas que as habitam, sendo um reflexo das mudanças sociais, culturais e de estilos de vida, que foram-se alterando ao longo dos tempos e que se materializaram, no caso da habitação, em novos modelos.

Na primeira parte deste texto analisamos alguns exemplos de introdução desses novos modelos, nos espaços rurais. Salientamos as alterações introduzidas pelas “casas de emigrantes”, cujo processo de produção expandiu-se de forma rápida e massiva, a partir de meados dos anos 60, na sequência do ciclo Europeu de emigração. Vimos como estes novos modelos introduziram alterações significativas no espaço rural, quer quanto à sua inserção na malha construída pré-existente, quer mesmo, em termos dos projectos arquitectónicos, rompendo com os modelos tradicionais de construção.

Estes novos modelos habitacionais têm provocado atitudes e fenómenos generalizados de rejeição por parte da opinião pública e das elites técnico-políticas, sendo utilizados diferentes argumentos e qualitativos “mau gosto”, “gosto estrangeirado”, “atentados ao património”. Contudo, apesar destas atitudes de rejeição, verificamos que as populações locais nas novas construções que foram promovendo, também tentam “imitar” estes modelos, pois localmente, eles são vistos como símbolos de sucesso, de ascensão social e uma marca de modernização, para além de constituírem uma forma de romper com o passado marcado pela pobreza, sobreocupação do alojamento e falta de infra-estruturas básicas.

Refira-se que, estes novos modelos, diferentes dos já existentes, desencadearam uma atenção redobrada ao património construído, susceptível de ser considerado tradicional, o que inclusive tem suscitado por parte do poder público, algumas medidas que procuram evitar o alastramento de tais modelos ditos “importados”. Não podemos deixar de salientar que a recusa destes modelos baseado no facto de serem importados, é muito redutor, pois que, a circulação dos modelos de construção, independentemente da sua natureza, efectua-se a um ritmo imparável, obedecendo às exigências do consumismo ou da moda e por isso, alterando de forma incessante aquilo que designamos por “gosto”. Aliás, este fenómeno, de reprodução de modelos importados, não são exclusivos das áreas rurais, pois nas nossas cidades encontramos, igualmente, edifícios de “estilo internacional”, muitos deles feitos por arquitectos portugueses, o que não constitui qualquer obstáculo ao mérito que o seu trabalho possa merecer.

Outra questão que não podemos deixar de salientar, é o facto de a industrialização da construção, a introdução de novas técnicas e materiais mais baratos que os tradicionais, são

factores que também contribuíram para a produção destes novos modelos habitacionais.

Na verdade, construir utilizando os novos materiais e as novas técnicas construtivas, torna-se não só mais fácil, como mais barato, para além do facto, de ser cada vez mais difícil e mais caro encontrarmos mão-de-obra habilitada para usar as formas tradicionais de construção, o que torna a reabilitação de muitas casas tradicionais que encontramos abandonadas nos espaços rurais, muito mais complicada e onerosa.

Na segunda parte deste texto procuramos quantificar a evolução do parque habitacional, através da análise da ocupação e condições de ocupação dos alojamentos nas áreas rurais da Região Norte.

Vimos que as freguesias rurais da Região Norte apesar de terem perdido famílias e população, mesmo assim viram aumentar o seu parque habitacional, decorrente, sobretudo, do investimento em segundas habitações, que cobrem realidades diferentes, casas de emigrantes desocupadas grande parte do ano, casas para fins-de-semana e férias de populações residentes em áreas urbanas. O peso dos alojamentos vagos em algumas freguesias, sobretudo do interior, que obviamente correspondem a situações diferenciadas, em termos das suas características físicas e estado de conservação, mostra que uma parte dos problemas habitacionais nestas áreas se situa ao nível da distribuição dos alojamentos, ou das possibilidades de acesso, e não na capacidade de produção.

Quanto à tipologia e regime de propriedade dos alojamentos, constatamos, um predomínio absoluto da habitação unifamiliar própria, sem encargos por compra, que, como vimos, em grande parte é feita recorrendo às estratégias de auto-construção ou por administração directa, apesar das crescentes limitações impostas pelos serviços de gestão urbanística, representando um enorme sacrifício para as famílias, através da mobilização de poupanças e da existência de redes sociais de entreaajuda, que permitem reduzir os custos de construção.

Não podemos ainda deixar de colocar uma questão que nos parece pertinente e que se prende com o papel do Estado enquanto principal responsável em assegurar o direito à habitação, aliás um direito constitucionalmente estabelecido.

Nesta matéria, salientamos que, nas áreas rurais a construção por parte do Estado é praticamente inexistente, talvez por reconhecer que a sociedade é capaz, não importa a que preço, de produzir a sua própria habitação. Contudo, achamos que estas populações têm os mesmos direitos que as populações urbanas em reivindicar um maior apoio do Estado, o qual poderia passar por medidas que não são assim tão dispendiosas, como por exemplo, a infraestruturização de áreas destinadas à construção, a simplificação dos procedimentos burocráticos e o financiamento às famílias de menores rendimentos de terrenos e materiais, o que de certo permitiria aliviar a grande privação das famílias durante o processo de auto-construção, sobretudo no contexto actual de maior insegurança do emprego. A questão da melhoria das infra-estruturas, parece-nos ser um ponto fulcral, visto que o acesso à água e saneamento, nos alojamentos é um dos aspectos fundamentais para a melhoria da qualidade de vida das populações e dos próprios territórios, evitando-se problemas como a saturação e poluição dos aquíferos subterrâneos, por construção de vários poços, inexistência de redes de escoamento e tratamento dos efluentes domésticos, o que contribui, igualmente, para a contaminação dos cursos de água.

Por fim não podemos deixar de salientar um aspecto que nos parece particularmente significativo para o desenvolvimento destas áreas, a maior valorização dos espaços rurais em termos de procura para o lazer e descanso, materializado no aumento das segundas residências, mas também no turismo rural e de habitação.

Contudo não podemos deixar de referir que o despovoamento destas áreas, o abandono da actividade agrícola, a introdução de novos modelos habitacionais que rompem com os tradicionais, criam dificuldades ao nível da manutenção da paisagem tradicional, um dos principais atractivos para os residentes sazonais.

Bibliografia Citada

FERREIRA, A. Fonseca - *Por uma Política de Habitação*. Porto, Afrontamento, 1987

HESPANHA, Pedro; ALVES, A. Isabel - A construção da habitação em meio rural: Um domínio da Sociedade-Providência. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra: Centro de Estudos Sociais, nº 42, Maio., 1995, pp. 125-151.

Indicadores Urbanos do Continente, INE/DGOTDU, 1999.

Revista Casas de Portugal, Edições Expansão Económica, Lda.

VIEIRA, Clara; VERÍSSIMO, Raul - Formalismos e valores simbólicos nas casas dos emigrantes da região da ria de Aveiro. *Sociedade e Território*, Porto, Fev., 1989, nº8, pp. 48-54

Quadro 4 - Variação do Parque habitacional 1991/2001, nas freguesias rurais dos concelhos da Região Norte

Nº de freg. Rurais	Concelho	2001										1991										Variação 1991/2001					
		Total Clássicos	Res. Hab.	%	Sec.	%	Vagos	%	Famílias	Pessoas	Total Clássicos	Res. Hab.	%	Sec.	%	Vagos	%	Famílias	Pessoas	Total Clássicos	Res. Hab.	Sec.	Vagos	Famílias	Pessoas		
28	Arcos de Valdevez	8632	4603	53,3	3252	37,7	777	9,0	4608	11498	8805	5032	57,1	2400	27,3	1373	15,6	5055	13599	-2,0	-8,5	35,5	-43,4	-8,8	-15,4		
11	Caminha	1657	986	59,5	567	34,2	104	6,3	986	3161	1355	926	68,3	302	22,3	128	9,4	926	3164	22,3	6,5	87,7	-18,8	6,5	-0,1		
11	Meiço	4282	2111	49,3	1852	43,3	319	7,4	2113	5317	3774	2228	59,0	1383	36,6	194	5,1	2228	6149	13,5	-5,3	33,9	64,4	-5,2	-13,5		
14	Monção	3434	2082	60,6	1043	30,4	309	9,0	2084	5678	3537	2297	64,9	901	25,5	360	10,2	2298	6852	-2,9	-9,4	15,8	-14,2	-9,3	-17,1		
16	Paredes de Coura	3698	2301	62,2	1225	33,1	172	4,7	2363	6211	3418	2400	70,2	791	23,1	227	6,6	2460	7052	8,2	-4,1	54,9	-24,2	-3,9	-11,9		
13	Ponte da Barca	2787	1605	57,6	1041	37,4	141	5,1	1618	4541	2835	1673	59,0	783	27,6	379	13,4	1676	5234	-1,7	-4,1	33,0	-62,8	-3,5	-13,2		
14	Ponte de Lima	2784	1855	66,6	769	27,6	160	5,7	1858	5974	2582	1770	68,6	538	20,8	275	10,7	1770	6162	7,8	4,8	42,9	-41,8	5,0	-3,1		
7	Valença	2130	1294	60,8	544	25,5	292	13,7	1303	3651	1979	1313	66,3	451	22,8	235	11,9	1313	4128	7,6	-1,4	20,6	24,3	-0,8	-11,6		
8	Viana do Castelo	2605	1830	70,2	608	23,3	167	6,4	1835	6205	2315	1655	71,5	488	21,1	173	7,5	1720	6363	12,5	10,6	24,6	-3,5	6,7	-2,5		
9	Vila Nova de Cerveira	2382	1372	57,6	797	33,5	213	8,9	1398	3767	2017	1373	68,1	509	25,2	135	6,7	1430	4041	18,1	-0,1	56,6	57,8	-2,2	-6,8		
Minho-Lima - 131		34391	20039	58,3	11698	34,0	2654	7,7	20166	56003	32617	20667	63,4	8546	26,2	3479	10,7	20876	62744	5,4	-3,0	36,9	-23,7	-3,4	-10,7		
5	Amares	653	415	63,6	163	25,0	75	11,5	415	1353	767	564	73,5	129	16,8	74	9,6	564	1968	-14,9	-26,4	26,4	1,4	-26,4	-31,3		
4	Barcelos	661	581	87,9	53	8,0	27	4,1	617	2247	527	471	89,4	20	3,8	36	6,8	479	2075	25,4	23,4	165,0	-25,0	28,8	8,3		
13	Terras de Bouro	3258	1802	55,3	1005	30,8	451	13,8	1808	5718	2584	1779	68,8	614	23,8	180	7,0	1801	6480	26,1	1,3	63,7	150,6	0,4	-11,8		
6	Vila Verde	951	626	65,8	302	31,8	23	2,4	626	1821	1037	710	68,5	218	21,0	109	10,5	710	2347	-8,3	-11,8	38,5	-78,9	-11,8	-22,4		
Cávado - 28		5523	3424	62,0	1523	27,6	576	10,4	3466	11139	4915	3524	71,7	981	20,0	399	8,1	3554	12870	12,4	-2,8	55,2	44,4	-2,5	-13,4		
9	Fafe	1724	1036	60,1	534	31,0	154	8,9	1036	3000	1642	1092	66,5	404	24,6	147	9,0	1106	3594	5,0	-5,1	32,2	4,8	-6,3	-16,5		
6	Póvoa de Lanhoso	1419	945	66,6	343	24,2	131	9,2	950	3075	1269	857	67,5	200	15,8	212	16,7	858	3122	11,8	10,3	71,5	-38,2	10,7	-1,5		
16	Veira do Minho	4656	2900	62,3	1392	29,9	364	7,8	2997	9227	4107	2974	72,4	740	18,0	393	9,6	2991	10664	13,4	-2,5	88,1	-7,4	0,2	-13,5		
1	Trofa	528	471	89,2	20	3,8	37	7,0	471	1622	445	391	87,9	26	5,8	28	6,3	435	1547	18,7	20,5	-23,1	32,1	8,3	4,8		
Ave - 32		8327	5352	64,3	2289	27,5	686	8,2	5454	16924	7463	5314	71,2	1370	18,4	780	10,5	5390	18927	11,6	0,7	67,1	-12,1	1,2	-10,6		
Grande Porto-1	Vila do Conde	113	94	83,2	15	13,3	4	3,5	110	364	90	71	78,9	9	10,0	10	11,1	71	327	25,6	32,4	66,7	-60,0	54,9	11,3		
11	Amarante	3178	1896	59,7	891	28,0	391	12,3	1898	5938	2916	1858	63,7	709	24,3	310	10,6	1867	6286	9,0	2,0	25,7	26,1	1,7	-5,5		
3	Baião	1211	741	61,2	322	26,6	148	12,2	741	2170	1327	771	58,1	282	21,3	274	20,6	785	2534	-8,7	-3,9	14,2	-46,0	-5,6	-14,4		
11	Cabeceiras de Basto	4339	2617	60,3	1064	24,5	658	15,2	2625	8424	3830	2412	63,0	873	22,8	546	14,3	2476	8444	13,3	8,5	21,9	20,5	6,0	-0,2		
2	Castelo de Paiva	797	692	86,8	70	8,8	35	4,4	694	2346	943	702	74,4	44	4,7	195	20,7	720	2492	-15,5	-1,4	59,1	-82,1	-3,6	-5,9		
6	Celorico de Basto	1753	983	56,1	463	26,4	307	17,5	985	3124	1514	935	61,8	286	18,9	293	19,4	948	3389	15,8	5,1	61,9	4,8	3,9	-7,8		
8	Cinfães	3278	1807	55,1	1333	40,7	138	4,2	1808	5145	3184	1977	62,1	639	20,1	568	17,8	1978	5986	3,0	-8,6	108,6	-75,7	-8,6	-14,0		
3	Marco de Canaveses	583	415	71,2	111	19,0	57	9,8	433	1444	501	343	68,5	52	10,4	107	21,4	344	1343	16,4	21,0	113,5	-46,7	25,9	7,5		
6	Mondim de Basto	1954	1207	61,8	629	32,2	118	6,0	1209	3727	1646	1208	73,4	339	20,6	99	6,0	1208	4570	18,7	-0,1	85,5	19,2	0,1	-18,4		
1	Paredes	549	455	82,9	68	12,4	26	4,7	462	1595	524	434	82,8	54	10,3	36	6,9	434	1712	4,8	4,8	25,9	-27,8	6,5	-6,8		
2	Penafiel	511	438	85,7	35	6,8	38	7,4	440	1479	437	379	86,7	20	4,6	38	8,7	379	1466	16,9	15,6	75,0	0,0	16,1	0,9		
5	Resende	1192	587	49,2	480	40,3	125	10,5	589	1591	1141	693	60,7	387	33,9	61	5,3	698	2103	4,5	-15,3	24,0	104,9	-15,6	-24,3		
6	Ribeira de Pena	2751	1616	58,7	958	34,8	177	6,4	1623	4796	2529	1663	65,8	772	30,5	94	3,7	1663	5602	8,8	-2,8	24,1	88,3	-2,4	-14,4		
Tâmega - 64		22096	13454	60,9	6424	29,1	2218	10,0	13507	41779	20492	13375	65,3	4457	21,7	2621	12,8	13500	45927	7,8	0,6	44,1	-15,4	0,1	-9,0		
11	Arouca	3328	2488	74,8	703	21,1	137	4,1	2509	8409	3167	2398	75,7	458	14,5	311	9,8	2401	8996	5,1	3,8	53,5	-55,9	4,5	-6,5		
4	Vale de Cambra	1949	1643	84,3	286	14,7	20	1,0	1708	5285	1959	1704	87,0	152	7,8	103	5,3	1894	5908	-0,5	-3,6	88,2	-80,6	-9,8	-10,5		
Entre Douro e Vouga - 15		5277	4131	78,3	989	18,7	157	3,0	4217	13694	5126	4102	80,0	610	11,9	414	8,1	4295	14904	2,9	0,7	62,1	-62,1	-1,8	-8,1		

A habitação no espaço rural na Região Norte:
algumas mudanças

Quadro 4 - Variação do Parque habitacional 1991/2001, nas freguesias rurais dos concelhos da Região Norte (cont.)

Nº de freg. Rurais	Concelho	2001										1991										Variação 1991/2001					
		Total Clássicos	Res. Hab.	%	Sec.	%	Vagos	%	Famílias	Pessoas	Total Clássicos	Res. Hab.	%	Sec.	%	Vagos	%	Famílias	Pessoas	Total Clássicos	Res. Hab.	Sec.	Vagos	Famílias	Pessoas		
16	Alijó	5805	3330	57,4	1679	28,9	796	13,7	3393	8898	5445	3434	63,1	1233	22,6	728	13,4	3447	10372	6,6	-3,0	36,2	9,3	-1,6	-14,2		
12	Armamar	2169	1186	54,7	707	32,6	276	12,7	1193	3342	2027	1292	63,7	374	18,5	360	17,8	1331	4125	7,0	-8,2	89,0	-23,3	-10,4	-19,0		
18	Carrizada de Ansiães	4180	2413	57,7	1252	30,0	515	12,3	2446	5940	4386	2800	63,8	916	20,9	670	15,3	2806	7885	-4,7	-13,8	36,7	-23,1	-12,8	-24,7		
5	Freixo de Espada à Cinta	1838	892	48,5	710	38,6	236	12,8	895	2011	1812	1057	58,3	430	23,7	325	17,9	1057	2593	1,4	-15,6	65,1	-27,4	-15,3	-22,4		
7	Lamego	1549	814	52,6	611	39,4	124	8,0	814	2275	1505	867	57,6	469	31,2	161	10,7	875	2762	2,9	-6,1	30,3	-23,0	-7,0	-17,6		
18	Moimenta da Beira	5486	2861	52,2	1839	33,5	786	14,3	2874	8155	4984	3078	61,8	1207	24,2	699	14,0	3089	9606	10,1	-7,1	52,4	12,4	-7,0	-15,1		
8	Penedono	1955	935	47,8	708	36,2	312	16,0	937	2324	1906	991	52,0	668	35,0	247	13,0	991	2688	2,6	-5,7	6,0	26,3	-5,4	-13,5		
4	Peso da Régua	1602	956	59,7	522	32,6	124	7,7	963	2913	1407	1040	73,9	265	18,8	82	5,8	1059	3679	13,9	-8,1	97,0	51,2	-9,1	-20,8		
14	Sabrosa	3758	2046	54,4	1340	35,7	372	9,9	2047	5752	3649	2119	58,1	950	26,0	582	15,9	2123	6395	3,0	-3,4	41,1	-36,1	-3,6	-10,1		
3	Santa Marta de Penaguão	1225	703	57,4	354	28,9	168	13,7	712	1920	1115	681	61,1	376	33,7	63	5,7	700	2081	9,9	3,2	-5,9	166,7	1,7	-7,7		
13	São João da Pesqueira	4155	2467	59,4	1214	29,2	474	11,4	2500	6643	3954	2507	63,4	1030	26,0	426	10,8	2521	7639	5,1	-1,6	17,9	11,3	-0,8	-13,0		
16	Sernancelhe	3429	1871	54,6	1345	39,2	213	6,2	1871	4979	3342	1939	58,0	925	27,7	477	14,3	1951	5841	2,6	-3,5	45,4	-55,3	-4,1	-14,8		
16	Tabuaço	3321	1798	54,1	1156	34,8	367	11,1	1803	4903	2918	1961	67,2	654	22,4	293	10,0	1971	5996	13,8	-8,3	76,8	25,3	-8,5	-18,2		
4	Tarouca	1533	660	43,1	709	46,2	164	10,7	667	1743	1405	805	57,3	480	34,2	120	8,5	823	2632	9,1	-18,0	47,7	36,7	-19,0	-33,8		
16	Torre de Moncorvo	5507	2839	51,6	2047	37,2	621	11,3	2840	6777	5969	3197	53,6	1428	23,9	1333	22,3	3219	8358	-7,7	-11,2	43,3	-53,4	-11,8	-18,9		
18	Vila Flor	3686	2079	56,4	1208	32,8	399	10,8	2087	5319	3567	2201	61,7	924	25,9	442	12,4	2215	6432	3,3	-5,5	30,7	-9,7	-5,8	-17,3		
16	Vila Nova de Foz Côa	4310	2162	50,2	1720	39,9	428	9,9	2169	5125	4401	2281	51,8	1521	34,6	598	13,6	2288	5843	-2,1	-5,2	13,1	-28,4	-5,2	-12,3		
14	Vila Real	5852	3481	59,5	2093	35,8	278	4,8	3515	10084	5225	3620	69,3	1331	25,5	271	5,2	3772	11617	12,0	-3,8	57,3	2,6	-6,8	-13,2		
Douro- 218		61360	33493	54,6	21214	34,6	6653	10,8	33726	89103	59017	35870	60,8	15181	25,7	7877	13,3	36238	106544	4,0	-6,6	39,7	-15,5	-6,9	-16,4		
19	Alfândega da Fé	2592	1481	57,1	866	33,4	245	9,5	1486	3865	2678	1620	60,5	559	20,9	479	17,9	1624	4749	-3,2	-8,6	54,9	-48,9	-8,5	-18,6		
47	Bragança	10205	5681	55,7	3592	35,2	932	9,1	5697	14411	8840	5945	67,3	2414	27,3	479	5,4	5954	16892	15,4	-4,4	48,8	94,6	-4,3	-14,7		
15	Boticas	3922	2002	51,0	1684	42,9	236	6,0	2002	5350	3879	2098	54,1	1280	33,0	501	12,9	2099	6745	1,1	-4,6	31,6	-52,9	-4,6	-20,7		
41	Chaves	11959	6852	57,3	4280	35,8	827	6,9	6865	18498	11761	6721	57,1	3383	28,8	1660	14,1	6788	20389	1,7	1,9	26,5	-50,2	1,1	-9,3		
37	Macedo de Cavaleiros	7045	4266	60,6	2446	34,7	333	4,7	4275	11311	7079	4436	62,7	1983	28,0	658	9,3	4444	13831	-0,5	-3,8	23,3	-49,4	-3,8	-18,2		
15	Miranda do Douro	3991	2348	58,8	1353	33,9	290	7,3	2351	5836	3817	2497	65,4	1003	26,3	320	8,4	2504	6698	4,6	-6,0	34,9	-9,4	-6,1	-12,9		
36	Mirandela	8784	5384	61,3	2646	30,1	754	14,0	5408	14484	8008	5549	69,3	1635	20,4	824	10,3	5560	16782	9,7	-3,0	61,8	-8,5	-2,7	-13,7		
34	Montalegre	8691	4098	47,2	4097	47,1	496	5,7	4203	10919	7684	4419	57,5	2692	35,0	573	7,5	4419	13434	13,1	-7,3	52,2	-13,4	-4,9	-18,7		
27	Mogadouro	5706	2970	52,1	1758	30,8	978	32,9	2978	7581	4450	3163	71,1	927	20,8	359	8,1	3168	9139	28,2	-6,1	89,6	172,4	-6,0	-17,0		
8	Murça	2747	1663	60,5	873	31,8	211	12,7	1677	4536	2536	1669	65,8	665	26,2	202	8,0	1669	5090	8,3	-0,4	31,3	4,5	0,5	-10,9		
19	Valpaços	9437	5716	60,6	3149	33,4	572	10,0	5724	14988	9530	6001	63,0	2731	28,7	793	8,3	6015	18383	-1,0	-4,7	15,3	-27,9	-4,8	-18,5		
23	Vimioso	3798	1672	44,0	1778	46,8	348	20,8	1676	4013	3815	1887	49,5	1300	34,1	628	16,5	1889	5133	-0,4	-11,4	36,8	-44,6	-11,3	-21,8		
34	Vinhais	5607	3282	58,5	1881	33,5	444	13,5	3304	8238	4992	3618	72,5	961	19,3	385	7,7	3624	10520	12,3	-9,3	95,7	15,3	-8,8	-21,7		
16	Vila Pouca de Aguiar	7158	4140	57,8	2653	37,1	365	8,8	4167	11487	6836	4094	59,9	2036	29,8	696	10,2	4111	13541	4,7	1,1	30,3	-47,6	1,4	-15,2		
Alto-Trás-os-Montes - 371		91642	51555	56,3	33056	36,1	7031	13,6	51813	135517	85905	53717	62,5	23569	27,4	8557	10,0	53868	161326	6,7	-4,0	40,3	-17,8	-3,8	-16,0		
Total Região Norte Freg. Rurais - 861		228729	131542	57,51	77208	33,76	19979	8,73	132459	364523	215625	136640	63,37	54723	25,38	24137	11,19	137792	423569	6,08	-3,73	41,09	-17,23	-3,87	-13,94		

Fátima Loureiro de Matos

A habitação no espaço rural na Região Norte:
algumas mudanças

Quadro 5 - Regime de propriedade dos alojamentos, nas freguesias rurais dos concelhos da Região Norte, 2001

Concelho/NUT	Regime de propriedade						Arrendados e outros
	Oc. Prop.	%	C/ encargos	%	S/ encargos	%	
Arcos de Valdevez	4498	97,72	83	1,85	4415	98,15	105
Caminha	959	97,26	97	10,11	862	89,89	27
Meiço	2086	98,82	5	0,24	2081	99,76	25
Monção	2065	99,18	43	2,08	2022	97,92	17
Paredes de Coura	2201	95,65	88	4,00	2113	96,00	100
Ponte da Barca	1548	96,45	34	2,20	1514	97,80	57
Ponte de Lima	1772	95,53	79	4,46	1693	95,54	83
Valença	1211	93,59	66	5,45	1145	94,55	83
Viana do Castelo	1760	96,17	165	9,38	1595	90,63	70
Vila Nova de Cerveira	1307	95,26	94	7,19	1213	92,81	65
Minho-Lima	19407	96,85	754	3,89	18653	96,11	632
Amares	394	94,94	14	3,55	380	96,45	21
Barcelos	570	98,11	28	4,91	542	95,09	11
Terras de Bouro	1726	95,78	83	4,81	1643	95,19	76
Vila Verde	615	98,24	18	2,93	597	97,07	11
Cávado	3305	96,52	143	4,33	3162	95,67	119
Fafe	1016	98,07	28	2,76	988	97,24	20
Póvoa de Lanhoso	896	94,81	44	4,91	852	95,09	49
Vieira do Minho	2806	96,76	133	4,74	2673	95,26	94
Trofa	369	78,34	26	7,05	343	92,95	102
Ave	5087	95,05	231	4,54	4856	95,46	265
Vila do Conde	77	81,91	3	3,90	74	96,10	17
Amarante	1778	93,78	101	5,68	1677	94,32	118
Baião	700	94,47	25	3,57	675	96,43	41
Cabeceiras de Basto	2448	93,54	180	7,35	2268	92,65	169
Castelo de Paiva	534	77,17	83	15,54	451	84,46	158
Celorico de Basto	794	80,77	36	4,53	758	95,47	189
Cinfães	1694	93,75	91	5,37	1603	94,63	113
Marco de Canaveses	311	74,94	44	14,15	267	85,85	104
Mondim de Basto	1151	95,36	84	7,30	1067	92,70	56
Paredes	386	84,84	62	16,06	324	83,94	69
Penafiel	343	78,31	47	13,70	296	86,30	95
Resende	585	99,66	17	2,91	568	97,09	2
Ribeira de Pena	1560	96,53	63	4,04	1497	95,96	56
Tâmega	12284	91,30	836	6,81	11525	93,82	1170
Arouca	2253	90,55	213	9,45	2040	90,55	235
Vale de Cambra	1623	98,78	77	4,74	1546	95,26	20
Entre Douro e Vouga	3876	93,83	290	7,48	3586	92,52	255
Aljô	3078	92,43	206	6,69	2872	93,31	252
Armamar	1130	95,28	74	6,55	1056	93,45	56
Carrizeda de Ansiães	2318	96,06	69	2,98	2249	97,02	95
Freixo de Espada à Cinta	852	95,52	11	1,29	841	98,71	40
Lamego	800	98,28	36	4,50	764	95,50	14
Moimenta da Beira	2754	96,26	114	4,14	2640	95,86	107
Penedono	919	98,29	30	3,26	889	96,74	16
Peso da Régua	834	87,24	40	4,80	794	95,20	122
Sabrosa	1918	93,74	122	6,36	1796	93,64	128
Santa Marta de Penaguião	694	98,72	41	5,91	653	94,09	9
São João da Pesqueira	2234	90,56	189	8,46	2045	91,54	233
Sernancelhe	1845	98,61	63	3,41	1782	96,59	26
Tabuaço	1685	93,72	111	6,59	1574	93,41	113
Tarouca	649	98,33	26	4,01	623	95,99	11
Torre de Moncorvo	2659	93,66	66	2,48	2593	97,52	180
Vila Flor	1944	93,51	68	3,50	1876	96,50	135
Vila Nova de Foz Côa	2072	95,84	44	2,12	2028	97,88	90
Vila Real	3425	98,39	132	3,85	3293	96,15	56
Douro	31810	94,98	1442	4,53	30368	95,47	1683
Alfândega da Fé	1440	97,23	42	2,92	1398	97,08	41
Bragança	5571	98,06	242	4,34	5329	95,66	110
Boticas	1993	99,55	13	0,65	1980	99,35	9
Chaves	6685	97,56	245	3,66	6440	96,34	167
Macedo de Cavaleiros	4242	99,44	94	2,22	4148	97,78	24
Miranda do Douro	2290	97,53	52	2,27	2238	97,73	58
Mirandela	5149	95,64	179	3,48	4970	96,52	235
Montalegre	4043	98,66	47	1,16	3996	98,84	55
Mogadouro	2948	99,26	39	1,32	2909	98,68	22
Murça	1634	98,26	36	2,20	1598	97,80	29
Valpaços	5637	98,62	104	1,84	5533	98,16	79
Vimioso	1662	99,40	13	0,78	1649	99,22	10
Vinhais	3238	98,66	47	1,45	3191	98,55	44
Vila Pouca de Aguiar	4026	97,25	153	3,80	3873	96,20	114
Alto Trás-os-Montes	50558	98,07	1306	2,58	49252	97,42	997
Total Freguesias Rurais	126404	96,09	5005	3,96	121476	96,10	5138

Fonte: INE, Censos de 1991 e 2001 (quadros não publicados)